

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/7447</b>	<b>10714/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DCF - DP [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**ASSUNTO: A.P.M. – Associação de Paraquedistas do Minho – Direito de Superfície – Lote n.º 1, Aeródromo de Braga**

Considerando que:

1. A Associação de Paraquedistas do Minho, NIPC 502 222 131, veio solicitar ao Município de Braga, através de ofício datado de 19 de abril de 2024, a formalização do direito de superfície relativo ao Lote n.º 1, sito no Aeródromo de Braga, Freguesia de Palmeira, ocupado pela referida Associação com o objetivo de prosseguir a atividade de exploração de paraquedismo civil e militar;
2. Se trata de uma parcela de terreno destinada ao Aeródromo Municipal, com 500 m2 de área coberta, registada na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 1696 e inscrito na matriz urbana, sob o artigo 1571, da freguesia de Palmeira;
3. A APM - Associação de Paraquedistas do Minho é uma associação fundada por ex-paraquedistas militares e desenvolve atividades de cariz associativo relacionadas com a atividade de paraquedismo civil e militar e acolhem um operador de paraquedismo civil, que organiza vários eventos desportivos no quadro da calendarização da Federação Portuguesa de Paraquedismo;



4. A APM - Associação de Paraquedistas do Minho é uma associação que tem sempre pautado a sua prática pelo respeito pelas regras operacionais do aeródromo, mostrando ser um contributo importante, a par da vertente desportiva e lúdica, para a imagem positiva do aeródromo;

5. Em reunião de câmara de 30 de julho de 1993, foi deliberado ceder à entidade Associação Paraquedistas de Braga uma parcela de terreno, com as dimensões de 500 m2 de área coberta, pelo prazo de 50 anos, em direito de superfície, isento de qualquer pagamento;

6. Por deliberação do executivo de 14 de novembro de 1996, foi decidido que a parcela de terreno cedida à Associação de Paraquedistas do Minho passa a ser designada por lote Nº1;

7. Embora a requerente ocupe a área em causa, o referido direito de superfície nunca foi formalizado, isto é, não foi feita a escritura de constituição do direito de superfície, embora seja uma condição de eficácia do mesmo;

8. Nos termos do disposto no art. 23.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cabe ao Município assegurar a prossecução das atribuições no domínio social e desportivo;

9. Compete à Câmara Municipal, de acordo com o artigo n.º 33/1.º al. u) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, recreativa ou outra de interesse para o município.”;

10. Por outro lado, atendendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e ponderando os princípios gerais da atividade administrativa, nomeadamente os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa fé, e atendendo ainda ao princípio da boa administração que, no que toca a bens imóveis, compreende a sua conservação, valorização e rendibilidade, tendo em vista a prossecução do interesse público e a racionalização de recursos disponíveis, nada obsta à constituição de um direito de superfície sobre o imóvel em causa;

Assim, com vista à regularização da ocupação da parcela e à consequente realização de escritura de constituição de direito de superfície, se elaborou o contrato de direito de superfície em anexo.

## **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

### **Assim, propõe-se que:**

A Câmara Municipal de Braga delibere autorizar, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, a constituição do direito de superfície sobre o terreno municipal, com a área global de 500,00



m2, sito na Aeródromo de Palmeira, Freguesia de Palmeira, nesta cidade, a título gratuito, nas condições enunciadas no texto desta proposta, tendo em vista o desenvolvimentos das atividades lúdicas e recreativas da **APM – Associação de Paraquedistas do Minho**.

Anexos:

1. Requerimento APM
2. Planta de Localização
3. CRP e CPU
4. Deliberação RC 30/07/93
5. Deliberação RC 14/11/1996
6. Contrato de Direito de Superfície

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**





# A.P.M. Associação de Para-quedistas do Minho

Membro fundador da União  
Portuguesa de Para-quedistas

Fundado em 31 Outubro de 1987

Aeródromo Palmeira Cx. Post. 103  
4700-688 Palmeira - BRG. - Tel./Fax 253 628 688

## À ESPECIAL ATENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE BRAGA

S/ Ref.

N/ Ref.

Data,

### ASSUNTO

A APM - ASSOCIAÇÃO DE PARAQUEDISTAS DO MINHO, contribuinte nº. 502 222 131, com sede no Aeródromo de Palmeira, hangar 6G - Cx. Postal nº 103 - 4700-688 Palmeira/Braga, vem mui respeitosamente expôr e solicitar o seguinte:

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA em reunião de 30 de Julho de 1993 e de 14 de Novembro de 1996, deliberou ceder à APM-Associação de Paraquedistas do Minho o lote nº.1 para construção de um HANGAR, ficando isento de pagamento de TAXAS.

Como o Contracto de Direito de Superfície nunca foi celebrado, solicitamos a realização do atrás referido contrato.

Braga, 19 de Abril de 2024

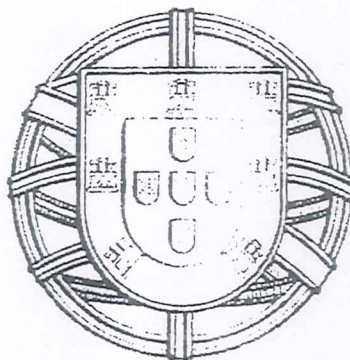
O Presidente da Direcção,



### Anexos:

- cópia do contribuinte
- cópia da Ata de tomada de posse dos corpos gerentes para o triénio 2023/2025
- cópia do Diário da República de 12 de Novembro de 1988
- cópia de Alvará de licença de construção nº 932/97
- Ata da Segurança Social nº 7/2024 de 26 de Janeiro
- Início de actividade da AT Autoridade Tributária e Aduaneira
- Ata nº 17 de 30 de Julho de 1993 da Camara Municipal de Braga
- Proposta dos terrenos junto ao Aeródromo Municipal





# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## SUMÁRIO

### 1. Concursos públicos

Órgãos de soberania .....	19 746
Autarquias .....	19 747

### 2. Portarias, Despachos, Éditos, Avisos e Declarações

Órgãos de soberania .....	19 750
Organismos autónomos .....	19 750
Autarquias .....	19 751
Rectificações .....	19 760

### 3. Sociedades e Cooperativas

Pactos sociais, estatutos e suas alterações .....	19 761
Relatório .....	19 782
Actas .....	19 782
Convocatórias .....	19 783
Avisos e declarações .....	19 784
Ações e obrigações .....	19 785
Balancetes .....	19 786
Rectificações .....	19 789

### 4. Diversos

Associações .....	19 790
Leilão .....	19 791





## 4. Diversos

### GRUPO DESPORTIVO UNIDOS DA BISCA

Certifico que, por escritura de 13 de Outubro de 1988, lavrada a fls. 74 e 74 v.º do livro de notas n.º 3-C, do Cartório Notarial da Baixa da Banheira, foi constituída uma associação denominada Grupo Desportivo Unidos da Bisca, com sede na Rua de 31 de Janeiro, 67, no Barreiro, que tem por fim procurar a máxima solidariedade de todos os sócios e amigos desta colectividade, contribuindo na medida do possível para o seu aperfeiçoamento moral, social e desportivo, e concorrer por todos os meios ao seu alcance para o melhoramento e engrandecimento desta colectividade, actuando sempre de acordo e em colaboração com as leis vigentes. Serão sócios efectivos todos os indivíduos de ambos os sexos que sejam amigos e estejam interessados no engrandecimento e progresso desta colectividade, que gozem de boa reputação e de reconhecido bom porte, sejam maiores de 18 anos, emancipados ou, quando menores, que estejam autorizados por seus pais ou tutores. Serão sócios auxiliares os cidadãos de ambos os sexos, menores, de comprovada honestidade, desde que se reconheça vantagem na sua admissão. Serão sócios beneméritos os indivíduos ou organismos que para esta colectividade tenham contribuído com ofertas ou valores de qualquer espécie. Serão sócios honorários os que de qualquer modo tenham contribuído para ao seu desenvolvimento ou tenham prestado serviços a esta colectividade que mereçam essa distinção. Será eliminado de sócio todo aquele que não satisfizer os seus encargos pecuniários durante seis meses consecutivos, salvo se beneficiar do adiamento do pagamento das quotas, desde que, por se encontrar em precárias circunstâncias ou por afastamento legal das suas funções, assim o solicite à direcção, que difame, infundadamente, qualquer dos seus consócios ou membros dos corpos gerentes em matéria referente a esta colectividade, que contrarie ou desprestige por qualquer forma a acção desta colectividade, que tenha mau comportamento civil ou moral ou que cause prejuízo grave ou expulsão.

É certidão que fiz extrair e está conforme.

Cartório Notarial da Baixa da Banheira, 20 de Outubro de 1988. — A Ajudante, *Margarida Henriqueta Lopes*. 1-0-25 744

### ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE ESPINHEL — ARCEL

Certifico que, por escritura de 25 do corrente mês, lavrada de fl. 22 v.º a fl. 24 v.º do livro de notas n.º 124-D do Cartório Notarial de Águeda, a cargo da notária licenciada Maria Cristina Veiga Ferreira Gala Marques, foi constituída uma associação denominada Associação Recreativa e Cultural de Espinhel — Arcel, com sede no lugar e freguesia de Espinhel, do concelho de Águeda, contando-se o seu início naquela data, tendo por fim a promoção e o desenvolvimento de manifestações de carácter desportivo e cultural entre os seus associados e a população do lugar de Espinhel e a promoção de empreendimentos de interesse local, em colaboração com a autarquia local e outras entidades, ficando sujeita a admissão de novos associados ao pagamento de uma jóia e quota, a estabelecer em assembleia geral. Tem ainda a Associação como órgãos de gestão e representação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Águeda, 31 de Março de 1988. — O Segundo-Ajudante, *Fernando José de Carvalho Oliveira*. 1-1-18 412

### ASSOCIAÇÃO DE EX-PARAQUEDISTAS DO MINHO

Certifico que, por escritura de 7 do mês corrente, exarada de fl. 94 a fl. 96 do livro de notas para escrituras diversas n.º 407-B do 2.º Cartório Notarial de Braga, foi constituída uma associação de fins não lucrativos sob a designação em epígrafe, com sede na Rua de D. Pedro V, 256, rés-do-chão, desta cidade, duração indeterminada e tendo por fim:

- Representar os seus associados;
- Promover e fomentar o desenvolvimento do pára-quedismo;
- Fomentar a cultura intelectual e física dos seus associados;
- Promover reuniões, festivais, convívios e outras acções que fortaleçam os laços de amizade e camaradagem entre membros da «família pára-quedistas»;
- Patrocinar actividades que contribuam para o recreio e bem-estar dos associados e seus familiares;
- Relacionar-se com associações ou organismos congéneres, nacionais ou estrangeiros, de modo a obter benefícios, dentro do espírito de colaboração e interesse mútuo.

Mais certifico que os estatutos desta Associação nada estipulam como condições essenciais para a admissão exoneração e exclusão de associados.

Está conforme o original.

2.º Cartório Notarial de Braga, 18 de Outubro de 1988. — A Ajudante, *Ludovina Domingues da Silva*. 1-1-18 421

### ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRIADORES DE GADO DE RAÇA BARROSA

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 23 de Setembro de 1988, lavrada a fls. 81 e seguintes do livro para escrituras diversas n.º 629-C do Cartório Notarial de Montalegre, a cargo do notário Francisco António Nevado Amaral, foi constituída, por tempo indeterminado a contar da data desta escritura, uma associação com a denominação em epígrafe e sede na freguesia de Salto, concelho de Montalegre.

A referida Associação visa promover o melhoramento dos bovinos da raça barrosa, assim como a sua selecção.

Pode ser admitido como associado toda a pessoa singular ou colectiva que seja bovinicultor da raça barrosa e quem não desenvolva actividades antagónicas aos interesses da Associação e seus associados, perdendo essa qualidade:

- Os associados que deixem de explorar gado bovino barroso;
- Os que pedirem a sua demissão;
- Os que forem excluídos;
- Os que desenvolvam actividades contrárias aos interesses da Associação e dos seus associados, bem como aqueles que tenham praticado actos susceptíveis de afectar gravemente o seu prestígio;
- Os que deixem de pagar as quotas dentro do prazo determinado;
- Os que se recusem a exercer cargos para que sejam nomeados em órgãos da Associação.

Por ser verdade e me ser pedido, passei o presente certificado.

Cartório Notarial de Montalegre, 26 de Setembro de 1988. — O Notário, *Francisco António Nevado Amaral*. 1-1-18 440

### CENTRO RECREATIVO COMEIRENSE

Cópia extraída da escritura lavrada a fl. 74 v.º do livro de escrituras diversas n.º 452-A do Cartório Notarial da Azambuja.

#### Constituição de associação

Aos 6 dias do mês de Outubro de 1988, no Cartório Notarial da Azambuja, perante mim, Abel Peixoto Airoso, respectivo notário, compareceram como outorgantes:

- 1.º Possidónio da Silva Oliveira, casado, titular do bilhete de identidade n.º 127323, de 8 de Março de 1984;
- 2.º Elias Martins Cardoso Mata, casado, titular do bilhete de identidade n.º 4612330, de 22 de Setembro de 1986;
- 3.º Diamantino Duarte de Oliveira, casado, possuidor do bilhete de identidade n.º 1038497, de 22 de Setembro de 1986.

Os bilhetes de identidade são todos do Arquivo de Identificação de Lisboa.

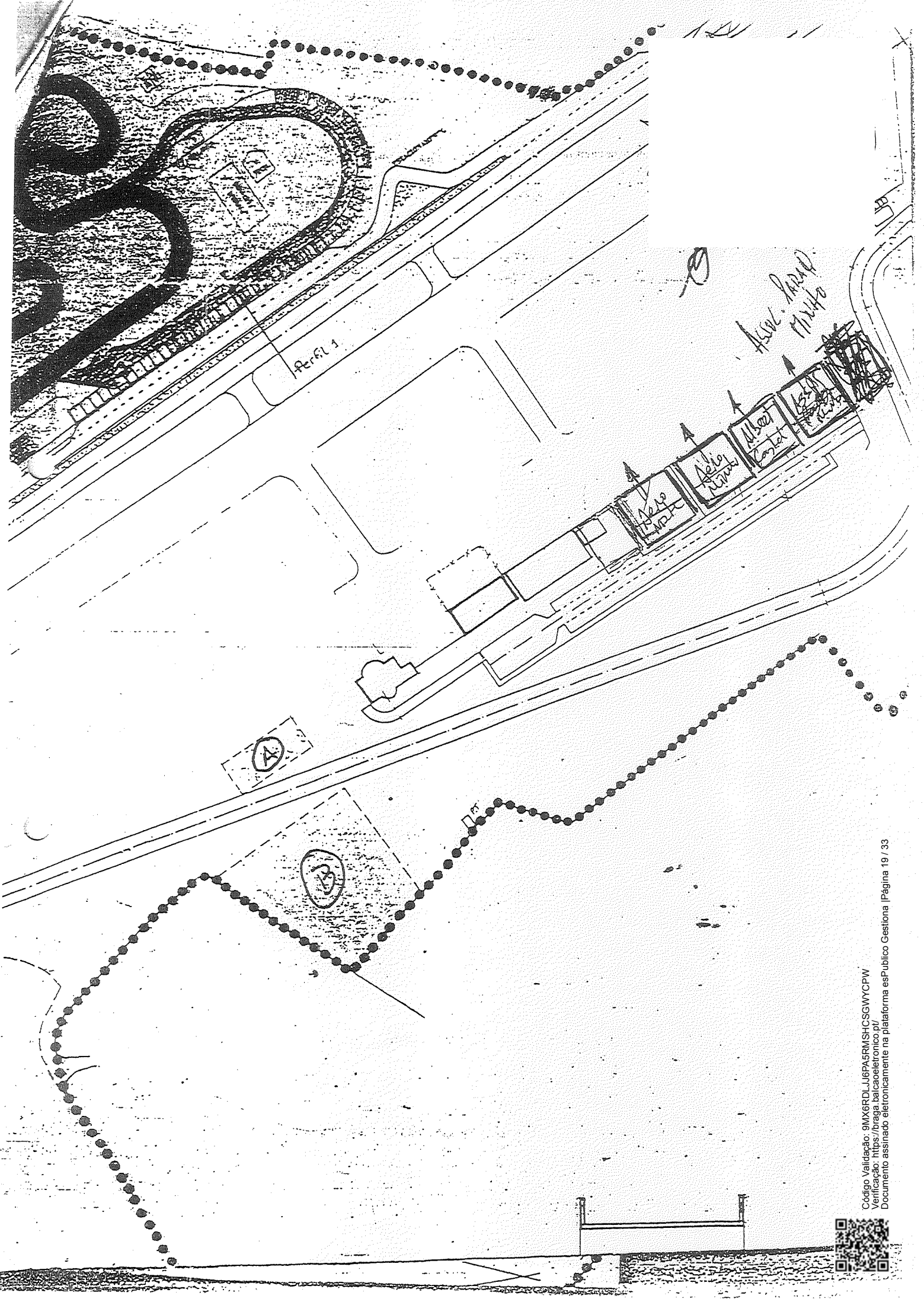
Todos os outorgantes são naturais da freguesia de Pontével, concelho do Cartaxo, e domiciliados nos Casais das Comeiras, freguesia de Aveiras de Cima, concelho da Azambuja.

Verifiquei a sua identidade pelos bilhetes de identidade referidos, neste acto exibidos.

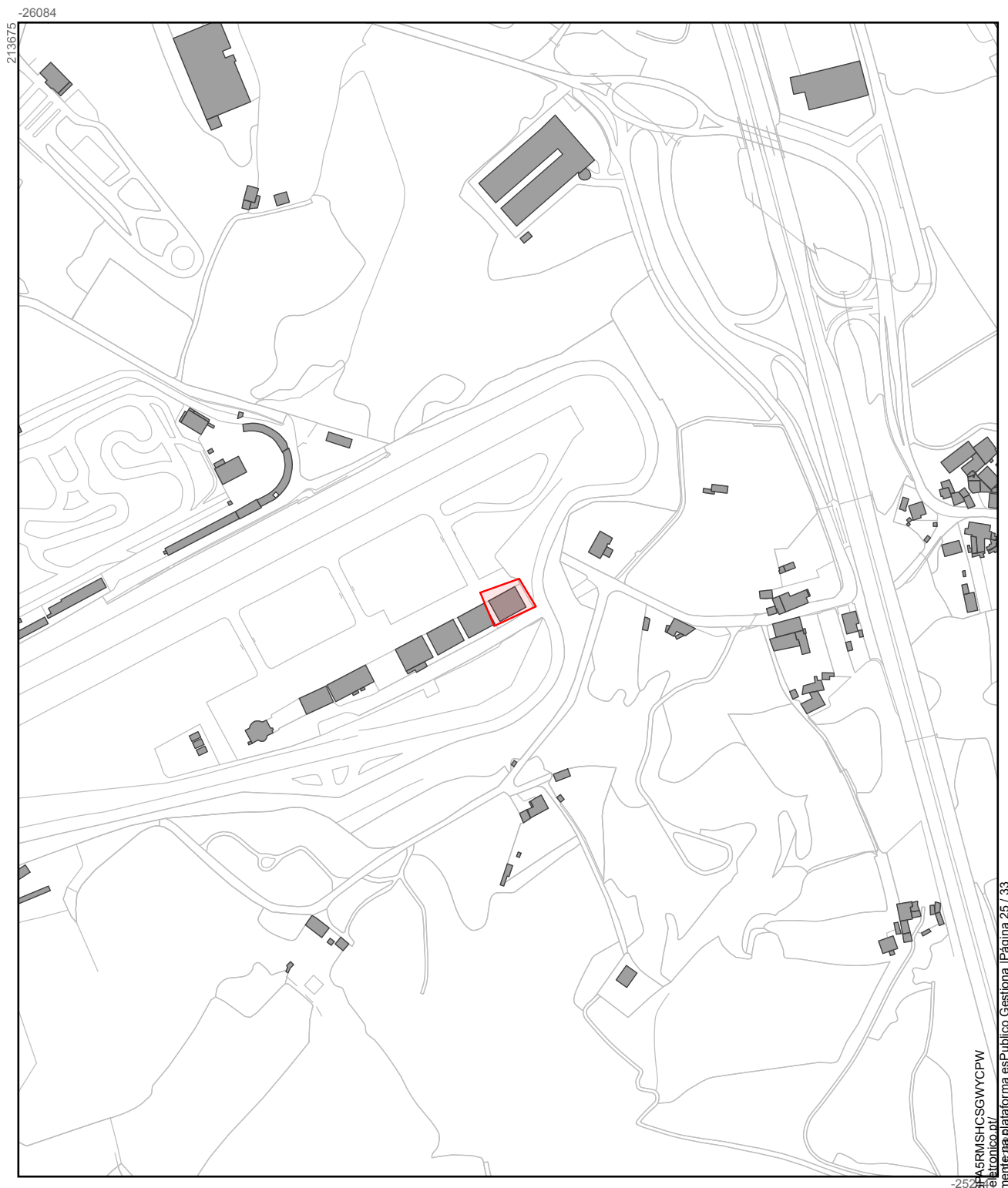
E declaram ser, respectivamente, presidente, vice-presidente e tesoureiro do Centro Recreativo Comeirense, conforme consta do documento complementar que vai integrar esta escritura, nos termos da deliberação da respectiva assembleia geral, em sua reunião de 5 de Agosto do corrente ano, como consta do referido documento, e que, naquela qualidade, pela presente escritura, constituem uma associação que vai girar sob a denominação de Centro Recreativo Comeirense, com sede nos ditos Casais das Comeiras, daquela freguesia de Aveiras de Cima, com início a partir de hoje e por tempo indeterminado, tendo por objecto promover o recreio dos seus associados por meio de festas, bailes, teatro amador e outras actividades de interesse para a colectividade e seus associados, com aquelas conexões, permitidas por lei.

A dita associação vai reger-se pelas normas que constam de um documento elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do Código do Notariado, que arquivo e passa a fazer parte integrante desta escritura, pelas normas consignadas nos artigos 170.º a 179.º do Có-









— Limite da Pretensão

Requerente: Associação de Paraquedistas do Minho

Nº Contribuinte:

Local da Pretensão: Aeródromo de Palmeira

Freguesia: Palmeira

Nº Guia: \_\_\_\_\_ Data: 07/03/2025

Funcionário: \_\_\_\_\_

 Escala 1:5.000

RESPONSÁVEIS  
Identificação: DMUOP | DPOT | DP

CARTOGRAFIA DE REFERÊNCIA  
Data de Edição: 12/2018  
Data de Homologação: 27/08/20  
Sistema Referência: EPSG  
(ETRS89-TM06)  
Cobertura Aerofotográfica:





## CERTIDÃO

**Anabela Vieira Ferreira, Assistente Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Braga: -**

**Certifico**, no uso de competências subdelegadas pela Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e aos Órgãos Autárquicos, a 5 de abril de 2023., que da ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Braga, realizada no dia 14 de novembro de 1996, com a presença de todos os membros, consta ter sido aprovada a seguinte **proposta: “Terrenos junto ao Aeródromo Municipal construção de hangares.** A Câmara municipal de Braga, para além dos hangares já edificados, possui determinada porção de terreno disponível com capacidade suficiente para serem construídos quatro hangares, conforme determina o plano de pormenor elaborado para o local. Verifica-se que das referidas quatro parcelas de terreno destinadas à construção de hangares três delas à foram cedidas em direito de superfície, a outras entidades, em reuniões da Câmara realizadas em doze de Março de mil novecentos e noventa e dois e trinta de Julho de mil novecentos e noventa e três. Verifica-se também que o Sr. Joachim Haase, através de requerimento, vem solicitar que lhe seja concedido o direito de superfície sobre a parcela de terreno que se encontra ainda por atribuir, para aí construir um hangar, destinado à recolha e manutenção de aeronaves de sua propriedade. Verifica-se ainda que as parcelas de terreno passaram a ser designadas por lotes e com a numeração de um a quatro de acordo com o mencionado plano de pormenor. **Nestes termos proponho.** Um. Que à parcela de terreno cedido à Aeronorte - Transportes Aéreos, Limitada, em reunião de doze de Março de mil novecentos e noventa e dois passe a ser designada por lote número quatro. Dois - Que a parcela de terreno cedida à Aerominho, Limitada, em reunião de trinta de Julho de mil novecentos e noventa e três, passe a ser designado por lote número três; Três. Que a parcela de terreno cedida à Associação de Paraquedistas do Minho em reunião de trinta de Julho de mil novecentos e noventa e três passe a ser designada por lote número um Quatro. Que a Joachim Haase, ora requerente, seja cedido, em direito de superfície, o lote número dois, nas seguintes condições: a)- O direito de superfície do lote número dois é concedido por um período de sessenta anos; b)- Expirado esse prazo, as benfeitorias reverterem para a autarquia, ficando, no entanto, o requerente com o direito de opção para futura alienação; c)- Se o requerente falecer, abandonar as instalações ou esteja a dar outro fim que não aquele para que está a ser solicitado, a instalação reverte de imediato para a autarquia; d)- A manutenção e conservação do hangar é da responsabilidade do cessionário, pagando à autarquia uma taxa de dois mil e quatrocentos escudos por mês, atualizada anualmente de acordo com o índice de preços ao consumidor. Braga e Paços do Concelho, vinte e quatro de Outubro de mil novecentos e noventa e seis. Assina o Vereador das Actividades Económicas Vitor Manuel Amaral de Sousa. **Deliberado aprovar. Voto contra da vereadora da Coligação Democrática Unitária”**-----

Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, 01 de julho de 2024.

**O referido é verdade,**



## CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE

**Lote n.º 1, Aeródromo de Braga**

**Entre**

**Município de Braga**, pessoa coletiva de direito público n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4700-514, Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**,-----

e -----

**Associação de Paraquedistas do Minho (APM)**, pessoa coletiva n.º 502 222 131, com sede no Aeródromo de Palmeira, Hangar 6G, Palmeira, 103 Palmeira, Braga, neste ato representada pelo Presidente da Direção, **José Manuel Veloso Malheiro**. -----

É celebrado o presente contrato de constituição do Direito de Superfície, que será regulado pelas cláusulas seguintes: -----

### **Cláusula Primeira**

O Município de Braga concede à APM – Associação de Paraquedistas do Minho o direito de superfície relativamente ao Lote nº 1 sito no Aeródromo de Braga, Freguesia de Palmeira, com 500 m<sup>2</sup> de área coberta, registada na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 1696 e inscrito na matriz urbana, sob o artigo 1571, da mencionada freguesia, para o desenvolvimento de atividades recreativas de paraquedismo civil e militar. -----

### **Cláusula Segunda**

Pela transmissão do direito de superfície, não será devida qualquer contraprestação, mantendo-se o pressuposto da gratuidade previsto na deliberação de 1993. -----

### **Cláusula Terceira**

O prazo para a constituição do direito de superfície é de 25 anos a contar da data da outorga da escritura de cedência em direito de superfície, renovável por igual período, por acordo entre as partes e aditamento à escritura de cedência do direito de superfície, mantendo-se o fim estabelecido. -----

### **Cláusula Quarta**

O Município autoriza a execução das obras necessárias para o fim a que se destina a presente cedência do direito de superfície, que serão da responsabilidade da Segunda Outorgante, sem prejuízo da sua submissão a prévio controlo municipal, nos termos do DL n.º 555/99, de 16712, na sua versão atual (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação). -----

**Cláusula Quinta**

Dar-se-á a reversão imediata para o Município de Braga do terreno, de todas as construções e suas benfeitorias, sem direito a qualquer indemnização: -----

- a)** se não for cumprido o fim definido na condição primeira, salvo autorização por escrito do Município; -----
- b)** Se a superficiária deixar de utilizar o imóvel por um período superior a um ano. -----
- c)** Se a superficiária transmitir, gratuita ou onerosamente, o direito de superfície a terceiros, sem prévia autorização do Município de Braga, ou, ainda, se constituir sobre aquele direito uma hipoteca. -----

**Cláusula Sexta**

O superficiário obriga-se a manter o terreno em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar, por sua conta e risco, todas as reparações necessárias à instalação objeto do presente direito de superfície. -----

**Cláusula Sétima**

O superficiário não tem direito a qualquer indemnização pela extinção do direito de superfície, revertendo a favor do Município de Braga, findo o contrato, o terreno e todas as construções e benfeitorias existentes. -----

**Cláusula Oitava**

Haverá lugar à extinção do direito de superfície, com direito a indemnização por benfeitorias efetuadas pela superficiária, se o Município necessitar do terreno em consequência de obra ou projeto de utilidade pública, devidamente aprovado para o local. -----

Município de Braga,

\_\_\_\_\_

Associação de Paraquedistas do Minho,

\_\_\_\_\_

Braga, ....de ... de 2025.